



Brasília-DF, 29 de julho de 2026



Ministro da Previdência se diz disposto a procurar ministros do STF para apontar impactos da pejetização

Wolney Queiroz avalia que modelo penaliza a Previdência, os trabalhadores e tem sido uma 'epidemia no país'



Foto: Edson Leal/Divulgação/MPS

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, disse em entrevista ao JOTA que está disposto a conversar com os ministros para mostrar os impactos

negativos da pejetização ao regime previdenciário. Na avaliação dele, esse modelo penaliza a Previdência, os trabalhadores e tem sido uma "epidemia no país".

Queiroz afirmou ser "totalmente" contra essa forma de contratação e defende que sejam criados mecanismos de recolhimento para que não haja corrosão da proteção social e da previdência brasileira.

"A pejetização foi criada como uma forma de modernizar as relações de trabalho, mas na verdade, está criando uma legião de pessoas com menos assistência do estado", disse.

Em documentos enviados ao STF, o governo Lula, via Advocacia-Geral da União (AGU), estima que esse sistema gerou déficit superior a R\$ 60 bilhões na Previdência Social e perdas superiores a R\$ 24 bilhões no FGTS entre 2022 e 2024.

"Caso se mantenha o uso da pejetização a longo prazo, serão necessárias novas reformas no sistema de Seguridade Social para compensar a perda de arrecadação, que afeta tanto o trabalhador individual quanto a coletividade, em razão do comprometimento da base de financiamento e do aumento da desigualdade", diz um trecho do documento.

"Nesse cenário, para o ano de 2025, foi estimada uma necessidade de financiamento do RGPS da ordem de R\$ 338,1 bilhões, a qual deve atingir cerca de R\$ 3,983 trilhões em 2060", diz outro trecho.

O tema é discutido no ARE 1.532.603 e o relator é o ministro Gilmar Mendes.

Fonte: Jota

FGTS: 138 milhões de trabalhadores receberão R\$ 13 bilhões de lucros

Crédito será feito até dia 31 de agosto



© Rafa Neddermeyer / Agência Brasil

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou nesta terça-feira (28) a distribuição de R\$ 13,04 bilhões aos trabalhadores referentes ao resultado positivo obtido pelo fundo em 2025.

Brasília-DF, 29 de julho de 2026

O valor corresponde a 89% do lucro de R\$ 14,65 bilhões registrado no exercício. Ao todo, cerca de 138,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras serão beneficiados pela distribuição.

Segundo a proposta aprovada pelo colegiado, o crédito será feito de forma proporcional ao saldo existente em cada conta vinculada em 31 de dezembro de 2025.

Os recursos serão creditados nas contas vinculadas do FGTS até 31 de agosto, conforme prevê a legislação.

Terão direito ao recebimento os trabalhadores que possuíam saldo positivo em contas do fundo em 31 de dezembro de 2025, incluindo contas ativas e inativas.

Fonte: Agência Brasil

Sindicato reforça atuação nas bases dos eletricitários

Sindicato dos Eletricitários intensifica ações nas bases, fortalece negociações, amplia atendimento e reafirma compromisso com direitos e representação da categoria



O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo intensificou atividades nas bases entre 20 e 24 de julho, fortalecendo o diálogo permanente e defendendo direitos da categoria.

Além disso, o vice-presidente Celso Luís de Souza participou da negociação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026 da ISA Energia, representando os eletricitários.

Ao mesmo tempo, dirigentes conduziram assembleias nas empresas Manserv, Lig Taubaté e outras unidades, onde trabalhadores rejeitaram propostas patronais e aprovaram plano sindical de lutas.

Paralelamente, representantes da entidade reuniram-se com dirigentes da Neoenergia Elektro para discutir reivindicações da categoria e promover plantões sindicais de orientação aos trabalhadores.

Além das negociações, dirigentes participaram das reuniões do Conselho Deliberativo da Vivest, acompanhando assuntos relacionados aos planos de previdência e saúde dos eletricitários.

Ao longo da semana, o Sindicato também visitou diversas bases, entregou carteirinhas para novos associados e incentivou a sindicalização entre trabalhadores de diferentes empresas.

Ainda durante as visitas, dirigentes entregaram a tradicional Cesta Cegonha para trabalhadores recém-pais, reforçando ações sociais e valorizando momentos importantes das famílias associadas.

Além disso, os representantes dialogaram com trabalhadores sobre preservação dos espaços coletivos, participação nas atividades sindicais e fortalecimento permanente da organização da categoria.

O Sindicato reafirmou que manter presença constante nas empresas e subseções fortalece a representação sindical, amplia conquistas e enfrenta desafios do setor elétrico.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Representação dos trabalhadores avança em debates com o governo sobre a revisão da NR-21



Representantes da bancada dos trabalhadores participaram, nesta terça-feira (28), de uma reunião com a bancada do governo para dar continuidade às discussões sobre a revisão da Norma Regulamentadora nº 21 (NR-21), que estabelece diretrizes para as condições de trabalho a céu aberto. O encontro integra o processo de atualização da norma no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP).

O encontro teve como objetivo esclarecer questões que vêm sendo debatidas e compreender os pontos

Brasília-DF, 29 de julho de 2026

apresentados pela bancada do governo nas propostas em discussão. A reunião possibilitou o aprofundamento das discussões e o alinhamento de entendimentos sobre temas que serão levados à próxima reunião da comissão tripartite.

Alguns assuntos ainda apresentam divergências entre as bancadas, reforçando a importância do diálogo técnico e da construção conjunta de uma norma moderna, equilibrada e que assegure proteção efetiva aos trabalhadores que exercem suas atividades a céu aberto.

A bancada dos trabalhadores reafirmou que a atualização da NR-21 deve considerar a realidade de quem atua em ambientes externos, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, garantindo condições dignas, seguras e saudáveis de trabalho.

Representando a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), participou da reunião o Diretor Nacional de Formação Sindical e Qualificação Profissional, André Dias Lavatori, reforçando o compromisso da Central com a defesa dos direitos dos trabalhadores e com a construção de normas que conciliem proteção, responsabilidade e viabilidade.

“O diálogo entre as bancadas é essencial para esclarecer os pontos em discussão e construir uma NR-21 que reflita a realidade dos trabalhadores. Nosso compromisso é contribuir para uma norma moderna, técnica e que fortaleça a proteção da saúde e da segurança de quem exerce suas atividades a céu aberto”, destacou André Dias Lavatori.

Informações da NCST-RJ

Fonte: NCST

Amazônia concentra 48,2% dos processos de minerais críticos e estratégicos

Estudo da ANM que subsidiará a Política Nacional de Minerais Críticos aponta R\$ 40,4 bilhões investidos em 18 anos, mas destaca a ausência de produção de cobalto, terras raras e potássio



A Amazônia Legal concentra 48,2% dos processos de mineração (como pedidos de pesquisa e de lavra) relacionados a minerais críticos e estratégicos do Brasil e recebeu R\$ 40,4 bilhões em investimentos

em minas e usinas de beneficiamento entre 2006 e 2024, desconsiderando o minério de ferro.

Apesar da liderança na produção de ferro, bauxita, cobre e ouro, a região ainda não produz substâncias consideradas essenciais para o país, como cobalto, terras raras e potássio. Os dados integram o estudo Amazônia Legal: Minerais Críticos e Estratégicos – Diagnóstico Setorial, divulgado na quinta-feira (23) pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

O levantamento reúne informações sobre direitos minerários, produção, investimentos em pesquisa e lavra, arrecadação de royalties, comércio exterior e os principais projetos em andamento. Elaborado pela Superintendência de Economia Mineral e Geoinformação (SEG), o diagnóstico pretende subsidiar a elaboração de uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Na Amazônia Legal, o Pará concentra 51% dos processos relacionados a minerais críticos e estratégicos da região, seguido por Mato Grosso (19%) e Rondônia (10,3%). O ouro responde por 67% dos processos minerários, à frente do estanho (10%) e do cobre (7,3%).

Os investimentos em pesquisa mineral somaram R\$ 4,9 bilhões entre 2003 e 2024, dos quais 65,8% foram destinados ao ouro e 19,1% ao cobre. Ainda assim, o estudo aponta a inexistência de produção de minerais considerados estratégicos, como potássio, terras raras e cobalto.

“Reverter isso exige mais investimento em pesquisa mineral, especialmente voltados a ampliar o conhecimento geológico do país em escala adequada para o conhecimento do potencial mineral da região. Também envolve destravar projetos estruturantes já mapeados (como Autazes, Araguaia e Vermelho), gerar maior segurança regulatória para atrair capital de longo prazo e parcerias público-privadas em pesquisa, desenvolvimento e inovação para agregar valor às cadeias produtivas subsequentes à mineração”, argumenta João Vasconcelos, gerente de Economia Mineral da ANM.

O estudo também destaca que o crescimento da demanda global por minerais críticos, impulsionado pela transição energética, pela indústria de tecnologia e pelo setor de defesa, amplia a importância estratégica da Amazônia. Ao mesmo tempo, ressalta que a exploração mineral na região deve conciliar o aproveitamento econômico com a preservação ambiental e o respeito aos direitos dos povos originários.

*Com informações Agência Nacional de Mineração

Fonte: Portal Vermelho

Brasília-DF, 29 de julho de 2026

Projeto cria Programa Conecta Trabalho para qualificação profissional

Magnific



Os deputados federais Marcel van Hattem (Novo-RS), Gilson Marques (Novo-SC) e Luiz Lima (Novo-RJ) apresentaram à Câmara dos Deputados o projeto de lei 3.785/2026, que cria o Programa Conecta Trabalho (CONECTA). A proposta institui uma política pública permanente voltada à ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica e à inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Inspirado no programa Trilhas de Futuro, do governo de Minas Gerais, o projeto pretende ampliar a oferta gratuita de cursos técnicos por meio do credenciamento contínuo de instituições públicas e privadas de ensino profissional, incluindo entidades do Sistema S e fundações, sem exigir a expansão da estrutura administrativa da União.

Poderão participar estudantes do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pessoas que já concluíram o ensino médio, trabalhadores empregados e desempregados, além de outros interessados em qualificação profissional, conforme regulamentação.

Os beneficiários poderão escolher livremente o curso, a instituição, o turno, a modalidade de ensino e o município entre as vagas disponíveis.

As inscrições e a participação serão gratuitas, com emissão de certificado de conclusão, sendo vedada a cobrança de mensalidades ou quaisquer outras taxas.

Caso a procura seja superior ao número de vagas, a seleção deverá seguir critérios objetivos e transparentes. O texto também permite a reserva de vagas para estudantes da rede pública, desempregados há 12 meses ou mais e pessoas de baixa renda.

O financiamento do programa poderá ser feito com recursos do Orçamento da União, de Estados e municípios, além de parcerias e doações de empresas e organismos internacionais.

A proposta ainda autoriza a concessão de auxílio financeiro aos estudantes para despesas com transporte, alimentação, material didático, uniforme, equipamentos de proteção individual (EPIs) e bolsas de estudo.

Na justificativa, os autores afirmam que o Brasil enfrenta um descompasso histórico entre a formação oferecida pelas instituições de ensino e as competências exigidas pelo mercado de trabalho, o que reduz a produtividade e limita as oportunidades de inserção profissional e ascensão social.

O projeto aguarda despacho para o início da tramitação nas comissões da Câmara dos Deputados.

Confira a [íntegra](#) do projeto.

Fonte: Congresso em Foco

Justiça do Trabalho apoia campanha de combate ao tráfico de crianças e adolescentes pela internet

Em 2026, iniciativa foca na conscientização da sociedade sobre os riscos das redes sociais no aliciamento de novas vítimas



A campanha "O tráfico de pessoas é real", promovida pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), foca, em 2026, na proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais e no combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho em condições análogas à escravidão.

O objetivo da ação, que integra o projeto "Liberdade no Ar" e é apoiada pela Justiça do Trabalho, é conscientizar pais, mães, professores e sociedade sobre os riscos que sites e redes sociais oferecem.

Além de conscientizar, a campanha chama os adultos para a ação concreta ao mostrar os riscos que conversas aparentemente inocentes pela internet e como o aliciamento de novas vítimas é feito em ambientes virtuais.

Desde 2022, o TST e o CSJT apoiam o projeto "Liberdade no Ar" e divulgam, em seus canais internos e externos de comunicação, vídeos e banners de conscientização.

[Veja o vídeo da campanha de 2026](#)

Fonte: TST